

A Indústria da Multa e a Necessidade de Uniformizar

Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos
Desembargador do TJ/RJ

Objeto de reflexão, aqui e ali, ontem e hoje, é a busca da racionalidade na forma de prestar a tutela jurisdicional. Constitui incessante fonte de preocupação e estudo permanente dos processualistas.

Na medida em que a Constituição Federal de 1988 mostrou o caminho das pedras para o exercício do direito de ação, embora sem o pretender, estimulou o demandismo.

O Judiciário acabou por sofrer os efeitos. Procurando não acusar o golpe, age como um equilibrista e tenta atender, dentro de seus estreitos limites, os reclamos dos jurisdicionados, dado o enorme descompasso entre bens e interesses e, especialmente, a carência de moderadores para solucionar aquela diferença.

Desde então, nunca se cultuaram tanto os princípios da economia, da celeridade e da efetividade do processo, no tocante ao método de tornar concreto e real aquilo que o vitorioso teve reconhecido no processo cognitivo.

Em razão disso, reformas processuais sucessivas foram editadas, dentre elas as que prestigiaram a tutela específica em detrimento das perdas e danos, porquanto nada mais são do que pôr em prática a filosofia processual chiovendiana, segundo a qual, se possível, o processo deve corresponder ao adimplemento voluntário do devedor.

A entrega de soma, se substitutiva do verdadeiro anseio do credor, não deixa de ser uma corruptela de sua pretensão, que é o retorno ao *statu quo ante* após a violação do direito. De fato, o propósito do litigante que tem razão, de início, é a obtenção do bem da vida perseguido, ao invés de um sucedâneo.

Como cedição, a essência e a natureza da tutela específica representam a volta ao estado primário, ao invés de uma substituição. E se não for o caso de conversão em perdas e danos, em que se procede a uma modificação do que pretendia o autor, em tese e em princípio, fica mais fácil de ser concretizada.

Com efeito, o processo de execução foi o calcanhar de Aquiles do CPC de 1973, em face da sua ineficácia.

Atribui-se ao Código, nem sempre com justiça, uma série de mazelas, para encobrir a ineficiência de gestão do Poder Judiciário, mas é indubitável constituir uma chaga processual a forma de cumprimento do julgado. Daí aquelas reformas tendentes a tornar menos tortuoso o caminho em prol da efetividade do comando judicial.

Contudo, mesmo a tutela específica, tão decantada, também traz consigo os seus inconvenientes, visto como os pensamentos humanos, dignos de tantos encômios, são também capazes das maiores distorções.

Nietzsche adverte que “a seqüência de pensamentos e conclusões lógicas, em nosso cérebro de agora, corresponde a um processo e luta de impulsos, que por si sós são todos muito ilógicos e injustos; de hábito, só ficamos sabendo do resultado do combate”.

Ora bem, todo raciocínio do homem tem, intrínseco, o traço da imperfeição, muitas vezes da ilógica, constantemente das afecções, e carece de ser aperfeiçoado. Do contrário, não seria raciocínio, mas criação.

Voltando à questão original, demandas têm-se perenizado, em virtude da equivocada suposição de que a obra humana possa algum dia estar acabada. A imperfeição é incompatível com o último estágio. O pensamento, lentamente, atravessa o rio, se não naufraga e fica no meio das coisas, culminando por não atingir seu fim.

Malgrado seus erros e acertos, o cientista tem de se impor uma visão renascentista e sobranceira, no que tem de melhor: o destemor.

A liberdade e o âmbito de atuação do Judiciário, na atualidade, se não ofensiva a metáfora, estão para a falta de uma referência divina nietzschiana, exposta em, **Nós, Os Sem Medo**, quando o

pensador aduz que “toda ousadia é outra vez permitida, o mar está outra vez aberto, talvez nunca houve tanto mar aberto”, como para a contemporânea falta de vinculação intelectual, subalterna e política, que outrora norteou as relações do Judiciário com um Legislativo regulador minucioso das relações jurídicas, este com o poder de concepção das coisas, aquele mero exegeta tímido e, às vezes, um pouquinho mais ousado daquelas concepções.

Agora não se trata mais de um interpretar, senão de verdadeira obra de criação, perdoem eventual exagero os escolásticos.

Sem a necessidade de decretar a morte daquele Legislativo superado, como Nietzsche, em vão, tentou ousar decretar a de Deus, inegável que aquela forma de legislar foi definitivamente sepultada, como também nasceu uma forma diferente de atuar do Poder Judiciário, conforme se dá, *mutatis mutandis*, com o fenômeno da “destruição criadora”, nos diversos ciclos de inovação tecnológica, em que grandes empresas, que atuam fundadas em tecnologia ultrapassada, entram em crise, quiçá desaparecem do mercado, cedendo lugar a outras, que emergem, às vezes, do nada, e se tornam novos modelos.

Se há tanto mar aberto a ser explorado, sem orientação segura, sem paradigmas, o Judiciário não pode cair na tentação de se supor um “santo remédio”. Antes, deve despir-se da empáfia e reconhecer que nesse mar processual e material legislativo só dispõe do conhecimento rudimentar dos portulanos.

De fato, estes não passavam de um pequeno livro que continha precárias informações acerca de percursos, os quais indicavam a profundidade, a cor da água, a natureza do leito do mar, a época das tempestades e ventos favoráveis, além de outros dados pouco abrangentes. Era com isso que se contava no tempo das grandes navegações. Eis por que a máxima da época, adequadamente retratada por Pyrard de Laval, era a seguinte: “vão voltar, se é possível”. Ao juiz, portanto, irrecusável outra postura, quando se defronta com os conceitos indeterminados e as cláusulas gerais, detentores das mesmas imprecisões.

O cuidado, conquanto possa parecer contrastante, não se opõe à ousadia. Com a mesma audácia dos navegadores de en-

tão, a admissão da fragilidade do conhecimento. Assim como foi o teocentrismo medieval sucedido pelo antropocentrismo renascentista, tem-se agora, no embate entre os poderes do Estado, na missão de melhor servir, o judiciariocentrismo. Mas sem olvidar da mistura de muita confiança e muita desconfiança, de ser, ao mesmo tempo, asas e freio.

O juiz contemporâneo tem a lei, em diversas situações, como mero portulano. Não passa disso, na medida em que a ele cumpre construir, concretamente, simples diretriz legislativa.

Dado o enorme emaranhado de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, inseridos no ordenamento jurídico atual, em que a liberdade judicial de ação é, respectivamente, maior e menor, porquanto na primeira hipótese o juiz escolhe os efeitos a serem produzidos - irrefutável exercício de poder discricionário -, diferentemente dos termos vagos, em que a solução já está predeterminada pela lei, ao magistrado incumbe portar-se como os audazes navegadores de tempos idos, competindo-lhe agir de acordo com a pequena experiência adquirida nesse novo tempo e, essencialmente, guiado pela razão, de forma apriorística.

Assim, estabelecerá a rota mais segura e efetiva para chegar ao destino, que outro não é senão a concretização do que, realmente, o credor espera da tutela jurisdicional.

Pois bem, examine-se o que tem acontecido com a tutela específica das obrigações de fazer.

Pronunciamentos judiciais freqüentes não têm dado conta de que estimularam uma nova “indústria” - a da multa - e, em certas ocasiões, incorrem em superfetação: impõem medidas eficazes a desconstituir, de *per si*, a resistência do devedor ao cumprimento do preceito, pois a ordem é implementada sem depender de sua manifestação de vontade. Entretanto, estabelecem preceitos cominatórios absolutamente desnecessários, em face do suficiente mandamento desconstitutivo, que se cumpre.

O devedor, algumas vezes não por sua vontade, porquanto pode desconhecer a situação dos autos, recalcitra em cumprir a tutela específica de fazer. O credor, de seu turno, ardilosamente

se omite, para que a medida coercitiva- a multa- ganhe fôlego e ultrapasse - não é incomum - o valor da obrigação principal.

Sobrepondo-se a tais disputas, o Judiciário, cujo compromisso é prestar jurisdição célere e justa, deve impedir o mecanismo resistente do devedor e a astuta omissão do credor.

Com efeito, a inação de ambas as partes impede o fim do litígio, em oposição ao princípio de que o processo tem por finalidade compor conflitos de interesses, ao invés de eternizá-los. Mais do que isso: o processo, jamais, pode constituir instrumento destinado a consagrar enriquecimento sem causa.

No entanto, o caminho normalmente percorrido tem sido o da multa e, portanto, mais longo e sinuoso. Há, contudo, um atalho: o reconhecimento da excrescência antes referida, sua supressão e a adoção de outra via, qual seja, substituir a manifestação da vontade do devedor pela atuação judicial.

Como lembra Chesterton, “nada é mais prático do que uma boa teoria”.

De fato, se a tutela específica impõe que se pratique o ato, através de uma atuação do devedor, e o próprio Judiciário tem condições de implementá-lo, sem necessidade de participação do obrigado, claro está que a imposição de multa não é a melhor forma de se materializar a finalidade da jurisdição.

Em numerosos casos, desde que a *obligatio faciendi* não seja infungível, a sentença do juiz pode valer como emissão de declaração de vontade do devedor.

De acordo com o art. 466-A, do Código de Processo Civil, “condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida”.

Pouco inovou o legislador da penúltima reforma processual acerca da disposição, apenas a elencou de forma topograficamente correta - no processo de conhecimento - uma vez que, antes, o dispositivo, inserido no processo de execução, era um estranho no ninho.

Em tempos de prestígio da tutela específica, muito provavelmente a melhor forma de prestação jurisdicional, porquanto se

concede *exatamente* aquilo que o autor quer, conforme já mencionado, ao invés de transformar a prestação em perdas e danos, deve ser buscada forma que lhe abrevie o caminho, ao invés de suceder outro conflito de execução da multa, muitas vezes como um desvirtuamento oportunista e de interesse do próprio credor, que se desinteressa pelo que objetivara no início.

A aplicação da norma antes transcrita parece ser a resposta que se objetiva, bastante que se interprete de molde a atender às finalidades pretendidas.

Não obstante a regra aluda a trânsito em julgado da sentença, nada impede que se defira a tutela antecipada. Em outras palavras, na medida em que a obrigação de emitir declaração de vontade constitui espécie de obrigação de fazer (Álvaro Villaça, **Teoria Geral das Obrigações**, p. 71), perfeitamente admissível, em tese, a concessão de tutela antecipada (art. 461, do Código de Processo Civil), eis por que, mesmo provisória e antecipadamente, os efeitos da substituição de vontade do devedor por determinação judicial irão produzir-se, tanto que o eminente processualista Alexandre Câmara, ao criticar a topologia do dispositivo, propõe que os artigos 466-A, 466-B e 466-C, do diploma processual civil “viessem logo após o artigo 461, do Código de Processo Civil” (**A Nova Execução de Sentença**, 4^a ed., Lumen Iuris, p. 61).

O dispositivo, em que se busca esteio para impedir a “indústria”, não se limita a resolver questões pertinentes a contratos preliminares.

O ilustre processualista antes mencionado adverte que “essa disposição que acaba de ser brevemente analisada aplica-se a *toda* e qualquer hipótese de obrigação de emitir declaração de vontade, qualquer que seja a sua *fonte*. Eis a razão pela qual se diz tratar-se de uma *regra geral*” (op. citada, p. 62).

Não há, pois, dúvida da pertinência da disposição a qualquer obrigação de fazer fungível, mesmo para hipóteses que não digam respeito a pré-contratos, cuja situação específica é regulada pelo art. 466 - B do mesmo estatuto.

Referida disposição valerá como medida de apoio prevista no art. 461, § 5º, do CPC, em substituição à multa, de modo a as-

segurar, de forma mais simples, o resultado equivalente (art. 461, **caput**, do CPC), razão por que existe outro fundamento para a dispensa do trânsito em julgado exigido pelo art. 466-A, do CPC.

Aquelas medidas são exemplificativas, e a escolha pelo juiz da mais adequada constitui critério discricionário para o efetivo cumprimento do julgado; portanto, configura criação judicial do direito, do que decorre a necessidade de coragem para criar e prudência no agir.

Assentada a aplicação do dispositivo ao caso em comento, resta demonstrar a desnecessidade da **astreinte**, que só vale, no caso, para quem pretende tirar proveito indevido do processo.

A propósito da inutilidade da multa para a hipótese, deste modo a justifica Daniel Mitidíero:

*“Como o resultado perseguido é jurídico, não se violenta ou coage a pessoa do devedor para sua obtenção, motivo pelo qual não se dá a incidência do **nemo precisae**” (A Nova Execução, Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, Forense, 2006, p. 18/19).*

Em outros termos, dado o caráter fungível da prestação, dispensável a colaboração do devedor, quiçá, sua adesão forçada, até porque, como já se exprimiu sobre tal modalidade de sentença, nosso maior processualista José Carlos Barbosa Moreira, a sentença de emissão de declaração de vontade pelo devedor é a verdadeira sentença executiva. E por ter tal caráter, da participação do devedor se prescinde. O juiz a supre, porquanto atua como substituto da vontade não-declarada.

Quanto à impossibilidade de imposição de multa ao devedor na hipótese do art. 466-A, do estatuto processual, também, no sentido da lógica, se expressa Araken de Assis, senão vejamos:

*“A exata identificação da força do provimento substitutivo clareia a controvérsia acerca da eventual cominação da **astreinte**. Este meio de compelir o executado ao cumprimento é inútil e redundante, se a ação já possui força executiva.*

Sequer se abrirá, emitido o pronunciamento contemplado no art. 466-A, oportunidade para o vencido cumprir o julgado, sendo irrelevante sua ulterior declaração de vontade em sentido convergente ou divergente do ato do juiz” (Cumprimento da Sentença, Forense, 2006, p. 87).

Conquanto a doutrina assim disserte, não se tem decidido desta forma. Com freqüência, matéria, como a presente, é submetida ao Tribunal, e o que é pior, como já mencionado, o valor da multa suplanta o da obrigação principal, prestando-se, unicamente, ao enriquecimento sem causa do credor.

Explica-se melhor: não há quem, na condição de juiz, não se tenha deparado com demandas em que, dentre as postulações, estejam as que requerem a condenação do réu à obrigação de cancelar uma restrição nos cadastros restritivos de crédito, a desfazer um protesto, a dar baixa em uma hipoteca e até mesmo à obtenção de escritura definitiva.

Todas constituem condenação ao adimplemento de ***obligatio faciendi***. O autor pede a tutela específica, na forma do art. 461, do CPC, e, como medida de apoio, requer a imposição de multa para compelir o demandado ao cumprimento do preceito (§ 4º do mesmo artigo).

Note-se que as obrigações exemplificadas têm em comum o fato de constituírem espécies do gênero fungível, caso em que o cumprimento da prestação pode ser obtido por outro meio mais simples.

De outro lado, a imposição da multa presta outro desserviço: dá lugar a novo incidente, mantém o litígio em aberto, pereniza a demanda e provoca a prática de atos processuais inúteis, ao invés de uma via mais simplificada, qual seja, “condenar” o devedor a emitir declaração de vontade, produzindo a sentença todos os efeitos da declaração não emitida.

Imperioso, por conseguinte, que se estabeleça, desde que possível, um procedimento mais curto e menos oneroso, de modo a dar cabo destes incidentes, que abarrotam não só o primeiro grau, como também o segundo grau de jurisdição.

Em outros termos, em princípio, a tutela específica, fungível a prestação, deve ser cumprida, na forma do art. 466-A, do Código de Processo Civil, incidente a multa para as obrigações de fazer infungíveis, aplicado o art. 461, § 5º, do CPC.

Com o propósito de estabelecer um norte para a tendência jurisprudencial, a 2ª Câmara Cível deste Tribunal suscitou incidente de acordo com o art. 555, § 1º, do Cód. de Proc. Civil, segundo o qual “ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do Tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo colegiado que o regimento indicar; reconhecendo o interesse público na assunção de competência, esse órgão colegiado julgará o recurso”.

A disposição, como se sabe, constitui inovação da Lei nº 10.352/01 e forma especial de incidente de uniformização de jurisprudência.

Os pressupostos para a suscitação surgem em torno de conceitos juridicamente indeterminados, nos quais ao julgador atribui-se certa liberdade e flexibilidade na tarefa de concretização, quer ao suscitante, órgão fracionário, quer ao suscitado, órgão julgador, este no reconhecimento do interesse público.

Na lição de José Carlos Barbosa Moreira, “na fixação dos conceitos juridicamente indeterminados, abre-se ao aplicador da norma, como é intuitivo, certa margem de liberdade. Algo de subjetivo quase sempre haverá nessa operação concretizadora, sobretudo quando ela envolva, conforme ocorre com frequência, a formulação de juízos de valor” (**Temas de Direito Processual**, Segunda Série, 1980, p. 65).

O primeiro pressuposto do incidente é que seja uma questão de direito, o que, indubitavelmente, se configura, na medida em que a matéria discutida constitui tese jurídica e, no caso concreto, exige-se, apenas, que se faça ou não a subsunção da situação dos autos à tese em abstrato.

O segundo pressuposto exigido é a relevância da matéria.

Conforme já se acentuou, a lei utiliza termos vagos, os chamados conceitos indeterminados, daí por que na lição da Barbosa

Moreira, “é particularmente importante o papel confiado à prudência do aplicador da norma, a quem não se impõem padrões rígidos de atuação” (op. citada, p. 66).

Assim, dispõe o suscitante de ampla liberdade, no que deva entender por relevante, da mesma forma que cabe ao suscitado a constatação de se concretizar ou não o interesse público mencionado pela norma.

Claro está que a questão é de grande interesse, dada a repercussão judicial do caso, evitando a multiplicação de incidentes análogos, ou amenizando-os, através da uniformização.

De outro turno, a súmula hoje constitui poderoso instrumento contra a proliferação de recursos fundados na mesma tese, ou, simplesmente, propicia a rapidez de seus julgamentos, dado que se atribui ao relator, através de decisão monocrática, negar seguimento ou dar provimento ao recurso (art. 557, do Cód. de Proc. Civil).

Destacando a vantagem deste novel instituto, José Carlos Barbosa Moreira ensina que “trata-se de mais um expediente ordenado à uniformização da jurisprudência, que naturalmente se espera seja mais eficiente do que o regulado nos arts. 476 e segs. Pode até supor-se que ele venha a ser preferido na prática judicial, subtraindo ao outro instituto parcela de sua importância já diminuta. Uma vantagem prática decerto se manifesta aqui. O Órgão a que se remete a matéria não se limita a enunciar a solução da *quaestio juris*, mas procede ao julgamento que competia ao outro. Com a ressalva que oportunamente se fará, não há devolução ao órgão de origem: tudo se resolve naquele que recebe o recurso. Evita-se assim o vaivém, causa de maior demora” (Comentários, v. V, 10ª ed., Forense, p. 648).

Sálvio Figueiredo Teixeira assinala que “as vantagens são manifestas para os que defendem uma justiça mais hábil e de melhor qualidade” (Código de Processo Civil Anotado, 7ª ed., 2003, Saraiva, p. 425).

A matéria encontra-se pendente de julgamento, perante o Órgão Especial. Confia-se em que, como de costume, advenha uma solução proficiente, da qual decorra agradável e feliz sensação de

dever cumprido, tal como a respeitosa alusão de Nietzsche a Schopenhauer e a Montaigne: “*Aliis laetus, sibi sapiens*”.

Uma palavra ainda cabe acerca do tema: não há julgamento ***extra petita***. Malgrado seja o réu condenado a uma obrigação de fazer, a substituição de sua vontade consiste em mera medida de apoio, prevista no art. 461, § 5º, do CPC, que o juiz pode determinar de ofício, para assegurar o resultado prático equivalente.

Em outros termos, a tutela específica permanece imutável, visto que continua consistindo em uma obrigação de fazer anteriormente postulada. Apenas o modo de obtê-la parece modificá-la.

Todavia, será esse o melhor mecanismo para uniformizar entendimentos? Não haverá métodos mais simples para a obtenção dos mesmos resultados?

Sem desprezar a perspectiva da disposição antes referida, que criou este novo instituto jurídico, impõe-se outra ponderação.

O Tribunal de Justiça viveu um período de experiência muito rica nos últimos anos: o de cultivar a realização de encontros de desembargadores, nos quais, mediante propostas de magistrados, se obtiveram enunciados, que, após algum tempo, passaram a integrar a Súmula do Tribunal, de caráter unificador e repositório das sínteses de estudos e decisões concentradores dos pensamentos mais correntes.

Os integrantes do Poder Judiciário perceberam que as demandas, em número expressivo, contêm teses semelhantes e são deduzidas de forma massificada. Conseqüentemente, os modos de decidir são inevitavelmente afins e “por atacado”.

De outro lado, compreende-se a instância da divergência, o que parte da natureza humana, afinal, provecto o axioma de que “cada cabeça, uma sentença”. Contudo, ainda que prevalente a máxima ***bellum omnium contra omnes***, há sempre algo que aproxima, que tem um ponto em comum, especialmente a repetição de temas jurídicos, que torna as ações análogas. Isso induz ao entendimento uniforme, pois conforme lembra Nietzsche “os próprios extremos se esfumam afinal até a semelhança”.

Reconhecido isso, os opostos acabam por descobrir um denominador comum, sem que esta circunstância interfira na independência do magistrado, porquanto a busca de um entendimento jurídico, no sentido do alcance da verdade, não obriga ninguém, salvo aquele que provém do Supremo Tribunal Federal e dotado, por certo, de eficácia vinculativa.

Temas jurídicos recorrentes têm a tendência de provocar uniformidade.

Essa política de congraçamento de idéias e sentires foi concebida de forma pioneira pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: uniformizar sua jurisprudência através de encontros de desembargadores, em que as teses jurídicas, nas quais se logrou alcançar alguma identidade, foram aprovadas democraticamente, por maioria, umas, e outras, por unanimidade. Submetidos os temas ao crivo de amplo colegiado, aprovados e adotados pelo órgão competente, integraram a Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal.

Convenhamos: ao menos, livram-se todos do incômodo descrito, de forma jocosa, pelo ilustre pensador alemão antes mencionado, de que “o dialético deixa para seu adversário o ônus de provar que não é um tolo”.

Relevado o exagero retórico do filósofo tedesco, inadmissível a reedição de teses com certa solução - já por todos conhecida e aceita -, as quais sequer deveriam ser devolvidas ao Tribunal, e se remetidas, ao menos tratadas de forma mais objetiva e célere.

Por isso o legislador permitiu ao relator do processo proferir decisões simples e monocráticas, com base no art. 557, do CPC, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais, para poder dedicar maior tempo para questões complexas, que, efetivamente, dele mais exijam.

Eis por que, em poucos anos, a Súmula do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro triplicou em número de enunciados.

O efeito foi fecundo: o prazo recursal médio de julgamento foi reduzido em quase dois meses, não obstante acréscimo de 70% de distribuição no Tribunal.

Isso significa não proceder a crítica quanto ao exagero de decisões monocráticas proferidas pelo Tribunal. A condenação a tal forma de procedimento constitui uma visão embotada das coisas e julgamento feito exclusivamente pelos sentidos apriorísticos de entendimento. Gastar tinta, tempo e papel com questões pacificadas não é a forma mais sensata de agir. Ao magistrado, essencialmente ser-de-razão, não pode escapar tal destino perceptivo.

Como já disse um renomado processualista pátrio, com toda a certeza o maior de todos, “papel é árvore derrubada”. E ousar acrescentar: tinta desperdiçada também, sem cogitar do tempo das revisões dispensadas e de não-inclusão de feitos em pauta nas sessões de julgamento, os quais são, sumária e velozmente, resolvidos no próprio gabinete do relator.

Novas e tormentosas questões estão surgindo, que precisam, urgentemente, ser pacificadas. Esse trabalho reconhecidamente proveitoso não pode cessar, sob pena de estancar o avanço obtido, causando um retrocesso com o aumento do prazo médio de julgamento pelo Tribunal, hoje em torno de 100 dias, conseguido com muito esforço, algo que nenhum outro logrou atingir.

Foi a crença na possibilidade do entendimento, sem qualquer dúvida, que alçou o Tribunal do Rio de Janeiro a essa condição invejável, não obstante seus detratores de plantão, do que resulta a necessidade de prosseguir com esses estudos e encontros jurídicos com vistas à uniformização.

Novéis exegeses sobre questões atinentes a consumo afloram, v.g., o efeito preclusivo da decisão do juiz que inverte o ônus da prova.

De outro lado, desde a edição da reforma processual, já decorreu tempo suficiente para o amadurecimento do raciocínio acerca de certas questões, de modo a permitir uniformização de temas ressurgentes no Tribunal, tais como o cabimento ou não do agravo regimental contra decisões do relator e que disponham sobre a eficácia suspensiva no agravo de instrumento, a antecipação da tutela recursal e sua conversão em retido, ou, ainda, se, ao invés dele, a parte terá de lançar mão da via mandamental como

sucedâneo recursal, ressuscitando algo que se supunha irremediavelmente morto e com reflexos no acervo do Órgão Especial.

A discussão relativa à multa, de que trata o art. 475-J do CPC, no que refere ao seu termo inicial e à forma de intimação, bem como a incidência ou não de verba honorária no cumprimento da sentença e os critérios de sua fixação, constituem, também, pontos a serem definidos como entendimento do Tribunal e suficientemente excogitados para tanto.

Figura nesta ordem de exigência a correção de saldos bancários. O termo final do prazo prescricional para a cobrança de expurgos inflacionários realizados por planos econômicos ensejou uma enxurrada de demandas, as quais suscitaram questões diversas das tratadas em ações anteriormente ajuizadas, pertinentes, e.g., à dificuldade do correntista em guardar extratos bancários, dado o longo tempo decorrido, e de obtê-los das instituições financeiras depositárias, do que emanou a polêmica tese da inversão do ônus da prova e a aplicação retroativa do Código do Consumidor, na medida em que o contrato e os planos econômicos foram, respectivamente, ajustado e editados anteriormente a ele.

Outra questão apaixonante diz respeito à atuação do Judiciário na implementação de políticas públicas previstas na Constituição Federal, através do controle judicial exercido nas ações que versem sobre a entrega de medicamentos contra entes públicos e a forma de efetivar a tutela jurisdicional, a fim de que a prestação de saúde, realmente, chegue às mãos do doente, ao invés de configurar um provimento judicial destituído de eficácia.

De outro giro, numerosas ações mandamentais pertinentes à revisão de pensão previdenciária estão atravancando o Órgão Especial do Tribunal, prejudicando suas atividades regulares, ao argumento de que o Governador do Estado é autoridade coatora, tudo com o disfarçado propósito de diminuir, de forma deturpada, o espaço de tempo da demanda, dado que a indicação daquele agente político como responsável pelo ato impugnado acaba por suprimir um grau de jurisdição e submete, de chofre, a questão àquele órgão.

Também é fonte de preocupação o abuso do direito de demandar, cuja conduta se exterioriza, e.g., na propositura de diversas ações fundadas no não-pagamento do seguro obrigatório, relativas a sinistros remotos, nas quais os demandantes residem em longínquos estados da Federação e, de forma inusitada, são ajuizadas nesta unidade federativa, sem qualquer razão em seu proveito.

Conforme facilmente se constata, diversos temas antes destacados estão na ordem do dia e na expectativa de uma solução pacificada. Muitos outros, aqui não-expostos e pensados, também permanecem, sem diálogo, na fila de espera.

Não obstante a inegável vantagem do art. 555, § 1º, do CPC em relação ao sistema tradicional de uniformização da jurisprudência, a solução caseira deste Tribunal é infinitamente superior, porquanto mais democrática, rápida e abrangente, na medida em que vários temas são sumulados de uma só vez, ao invés de se aguardar a ocorrência dos casos concretos.

A continuidade desses encontros jurídicos é imprescindível e inadiável. Exigem-nos o ir para a frente, o vir-a-ser, os frutos notoriamente obtidos por este Tribunal, além, é claro, da segurança proporcionada aos jurisdicionados, de que alguns temas recorrentes sejam resolvidos em sentido comumente aceito. 